

### ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 25° VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG

JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO: MARIA TEREZA DA COSTA MACHADO LEÃO



Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989 Data da instalação: 18-12-1989 Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 20-8-2018, p. 1/3.



### ATA DE CORREIÇÃO

Às 8 horas do dia quatro de setembro de 2018, o Excelentíssimo Desembargador Dr. Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na 25ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 10ª andar – bairro Barro Preto, na forma do artigo 682, XI, da CLT combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pela MM. Juíza Titular da Vara, Dra. Maria Tereza da Costa Machado Leão; pela MM. Juíza Auxiliar, Dra. Anaximandra Katia Abreu Oliveira; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Elmo de Oliveira; pelos servidores Adriana de Oliveira Gomes. André Albernaz Carvalho, Cristina Vaz Nunes Lopes, Daniela Leite Baptista, Igor Mateus Ávila Pires, João Meira Barbosa Mello, Leonardo Rezende Durco, Maria da Luz Assunção Campos, Maria Luiza Pereira da Silva e Roberta Domingues; pela estagiária Silvana Pereira da Silva. Ausentes os servidores Marluiz Lacerda, em licença médica, Isabella Leonor Franciscani, em licença maternidade, e Roberta Domingues, em regime de teletrabalho.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

- 1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 687 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 2-9-2018, apurando-se a média de 4,54 processos por dia útil.
- 1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS A Vara recebeu 75 cartas precatórias até o dia 2-9-2018, das quais 58 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.
- 1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS A Vara expediu 92 cartas precatórias até o dia 2-9-2018, das quais 50 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.
- 1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT Existe o registro de 575 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 278 processos foram remetidos no presente ano, até o dia 2-9-2018.



- 1.5. CARGA PARA A MERITÍSSIMA JUÍZA DO TRABALHO Há 20 autos de processos com carga, todos no prazo legal.
- 1.6. CARGA PARA ADVOGADOS Existem 12 autos de processos físicos com carga, das quais 4 vencidas e cobradas.
- 1.7. CARGA PARA PERITOS Constam 1 autos de processo físico com carga, vencida e cobrada. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 94, processos com perícia designada.
- **1.8. MANDADOS EXPEDIDOS** Constam 9 mandados expedidos em processos físicos e 525 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 28 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.
- 1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS Há 10 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.
- 1.10. PROCESSOS ADIADOS SINE DIE Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 61 processos sine die, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada. Dos processos examinados, verificou-se que todos estão aguardando decisão do STF.
- 1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO a taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016 e de 38,88% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 38%.
- 1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 2-9-2018, existem 14 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1°-1-2018 até 2-9-2018) (fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	42
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	64
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	455
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	6



#### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3º REGIÃO CORREGEDORIA

Processos conclusos para sentença de conf mento (item 90035)	neci- 610
Processos aguardando cumprimento de acc (item 66)	ordo 1
Processos aguardando cumprimento de acc (item 90066)	ordo 111

- 1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO Existem 971 processos em fase de execução, assim discriminados:
- a) 562 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 406 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 3 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2018 até 2-9-2018.

No ano de 2017, até dia 30-11, havia 1.244 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 599 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 642 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- c) 3 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016 e de 68,91% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 62%.

- 1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 2-9-2018, existem 75 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.
- 2. PROCESSOS EXAMINADOS Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 4-9-2018 havia 11 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 5 processos;
- b) procedimento ordinário: 2 processos;
- e) instrução: 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010690/18, 0010693/18, 0010687/18,



0010691/18, 0010667/18, 0010696/18, 0010697/18, 0011134/17, 0011509/17 e 0011635/17.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que não havia processo na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje 0010654/18, 0010660/18, 0010597/18, 0010561/18, 0010511/18, 0010305/18, 0010265/18, 0010528/18, 0010537/18, 0010512/18, 0011441/15, 0011467/15, 0011533/16, 0011699/16, 0010319/16, 0011050/16, 0011730/16, 0010957/16, 0010751/15, 0011297/15, 0010596/18, 0010575/18, 0010606/18, 0010600/18, 0010637/18, 0011495/17, 0011517/17, 0010581/18, 0010433/18, 0011848/16, 0011601/16, 0010515/18, 0010284/17, 0010400/18, 0010625/18, 0010903/17, 0010550/18, 0010517/17, 0010534/17, 0010494/17, 0010407/15, 0010530/18, 0010671/17, 0010598/18, 0010632/18, 0010215/18, 0010070/18, 001062/18, 0011598/17, 0011464/17, 0011530/17, 0010119/18, 0010325/18, 0010405/17, 0011223/17, 0010531/16, 0011686/16, 0010405/17, 0010018/18, 0010325/18, 0010445/18, 0010639/18, 0010611/18, 0010585/18, 0010608/18, 0010603/18, 0010569/18, 0010621/18, 0010574/18 e 0010613/18.

RESULTADO - examinados os autos, constatou-se:

- 0010550/18 e 0010598/18: determinação de citação por mandado, quando da não comprovação da notificação postal, contrariando a Portaria Conjunta GP/GCR 323, de 5/7/2016, que estabelece o serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

- 2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.
- **2.3.** AÇÃO CIVIL PÚBLICA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 10 ações civis públicas em tramitação.
- **2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis coletivas em tramitação.



### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	2016	2017	2018
Procedimento Sumarissimo	27	18	18
Procedimento Ordinário	36	60	47
Instrução processo físico	484	1.076	1.752
Instrução processo eletrônico	53	141	178

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

	Disponibili	dade de Pau	la <u> </u>
	2016	2017	2018
Procedimento Sumaríssimo	13	9	18/09/2018 - 9 dias úteis
Procedimento Ordinário	42	37	21/9/2018 – 12 dias úteis
Instrução	344	256	29/07/2019 - 193 dias úteis
msuuçao			

### PRAZOS MÉDIOS (de 1°-1-2018 até 2-9-2018)

#### a) Conhecimento:

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento	0	0
sumaríssimo (item 263)  Do ajuizamento da ação até 1º audiência – procedimento sumaríssimo (item 90263)	278	18,39
Do ajuizamento da ação até 1 <sup>a</sup> audiência – exceto procedimento sumarissimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 90264)	310	47,31
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento suma-	0	0
ríssimo (item 267)  Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento suma-	431	45,95
ríssimo (item 90267)  Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 268)	4	1.752,75
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimen-	491	294,67



to sumaríssimo (item 90268)		
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumarissimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 90271)	421	47,55
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	5	1.741,2
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	472	298,17

# b) Fase de Liquidação (de 1°-1-2018 até 2-9-2018) (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da liquidação – procedi- mento sumaríssimo (item 359)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – procedi- mento sumaríssimo (item 90359)	84	46,04
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumaríssimo (item 371)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	80	77,08

# c) Fase de execução (de 1°-1-2018 até 2-9-2018) (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	333	2.191,19
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	5	723,6
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	43	2.992,25
Do início ao encerramento da execução — ente público (ítem 90277)	0	0

No ano 2017, apurou-se que, em 220 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:



	Ano-2017	Média/dia útil
Julgados procedente	34	0,15
Julgados procedente em parte	427	1,94
Julgados improcedentes	136	0,61
Extintos com resolução de mérito	10	0,04
Outras decisões com resolução de	0	0
Total de Sentenças de conhecimento	607	2,75
Extintos sem resolução de mérito	62	0,28
Arquivamento	239	1,08
Desistência	134	0,60
Outras decisões sem resolução de	69	0,31
mérito Total sem resolução do mérito	504	2,29
Decisões de conhecimento	1.111	5,05
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	243	1,10
Decisões na fase de execução	132	0,6
Total	1.486	6,75

(fonte: e-Gestão)

# 4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em agosto de 2018, com 22 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	0	0
Conciliação em execução	1	0,04
*Encerramento de instrução	3	0,13
Inicial	35	1,59



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3º REGIÃO CORREGEDORIA

		1
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	2	0,08
Instrução	53	2,40
Instrução (rito sumaríssimo)	4	0,18
Una	43	1,95
Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	138	6,27

<sup>\*</sup> Os Encerramentos de Instrução não são somados.

No mês de agosto de 2018, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 60 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 35 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 31 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 9 horas. O intervalo entre as audiências é de 5 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a sexta-feira.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 600 despachos por semana.

**AUXÍLIO FIXO:** Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

### 5. PRODUÇÃO –



Movimentação Anual	de Processos	\$
	2016	2017
	1.812	1.638
Processos recebidos		
Média por dia útil	8,19	7,44
Processos remanescentes do ano anterior	887	798
	37	16
Sentenças anuladas		
	2.736	2.452
Total de processos para solução		
	1.915	1.601
Processos solucionados		
	632	490
Processos conciliados	Location	
	69,99%	65,29%
Produção		

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 9,60% em relação ao número de processos recebidos no ano 2016. Quanto à produção, verificou-se que em 2017 houve uma diminuição de 4,7%.

**5.1.** Mapeamento Global de Desempenho (MGD) – O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

Para melhoria no índice do MGD, na página da Gestão Estratégica, no endereço <a href="https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/gestao-estrategica/estatistica-2/mgd/definicao-do-mgd-1/portfolio.pdf">https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/gestao-estrategica/estatistica-2/mgd/definicao-do-mgd-1/portfolio.pdf</a>, é possível verificar as medidas necessárias.



Perfil da Vara do Trabalho			Belo Horizonte	
Indicadores / Período de referência		Ano 2017 01/01/2017 a 31/12/2017	1° trim 2018 01/04/2017 a 31/03/2018	2° trim 2018 01/07/2017 a 30/06/2018
Micro	1 – Antiguidade (dias corridos)	1.557	1.455	1.483
	2 - Pendentes (processos)	3.264	2,969	2,797
	3 – Prazo (dias corridos)	1.074	1.319	1.351
	4 – Taxa de conciliação (%)	30,63	30,94	29,30
	5 – Taxa de solução (%)	97,68	105,64	118,32
	6 – TC Conhecimento (%)	37,61	36,88	34,32
	7 – TC Liquidação (%)	17,05	21,33	21,33
	8 – TC Execução (%)	55,08	43,56	40,68
	9 – TC Incidentes (%)	22,89	24,03	20,77
Meso	1 – Acervo	0,48	0,41	0,39
	2 – Celeridade	0,49	0,60	0,52
	3 – Produção	0,78	0,70	0,64
	4 - Represamento processual	0,36	0,36	0,35
Macro	Índice de Produtividade	0,71	0,71	0,62
	MGD	0,60	0,59	0,49
Posição MGD		88	87	75
Força de trabalho		0,84	0,83	0,83
	Movimentação processual		1.501 a	2.000



#### 6. ARRECADAÇÃO -

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda		
R\$3.417.570,04	R\$1.651.835,61		

- 7. PORTARIAS De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, não há Portarias em vigor.
- 8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.
- **9. DA SECRETARIA** Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa nº 131, de 2017.

### 10. RECOMENDAÇÕES:

### 10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Oficio Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades, sendo uma cópia entregue ao Secretário da Vara nesta data.

### 10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) cumprida a determinação do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, "estando à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestação atendimento nas varas, bem assim aquelas em que se encontrão fora da sede do juízo, mas no

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3º REGIÃO CORREGEDORIA

exercício de suas respectivas funções";

- 2) evitada a determinação de citação por mandado, quando da não comprovação da notificação postal, contrariando a Portaria Conjunta GP/GCR 323, de 5/7/2016, que estabelece o serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região;
- 3) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 4) realizada redução do prazo de designação de audiências de instrução.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

# 10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2017:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

### 11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.

Em 2017, quando a Meta era "julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período" esta unidade organizacional atingiu o percentual de 111,18% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 112,47%.

No ano de 2018, até o dia 31-7, o percentual alcançado foi de 153,17%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 143,11%.



Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1° grau.

Em 2017, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31-12-17, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-15", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 128,89% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,44%.

No ano de 2018, até o dia 31-7, o percentual alcançado foi de 103,74%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 95,15%.

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2017, quando a Meta era "aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2017", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 78,29% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 86,79%.

No ano de 2018, até o dia 31-7, o percentual alcançado foi de 35,16%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 43,56%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período.

Em 2017, quando e Meta era "baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 109,25% de cumprimento da meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 102,38%

No ano de 2018, até o dia 31-7, o percentual alcançado foi de 111,16%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 113,64%.

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1° grau.

Em 2017, quando a meta era "identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1ºgrau)...", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 100,34%

No ano de 2018, até o dia 31-7, o percentual alcançado foi de 102,04%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 95,80%.

**Meta 5 CSJT**: Tempo médio de duração do processo (TMDP1c): reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%).



Em 2017, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014, em 1% em 2016", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 159,03 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 170 dias. Esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,19% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 115,43%.

No ano de 2018, até o dia 31-7, o tempo médio alcançado foi de 186,77 dias, sendo o resultado para o mesmo período 212,33 dias.

- 12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.
- 13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA Conforme o artigo 12, parágrafo 3°, da Resolução Conjunta n° 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9° da Resolução n° 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto n° 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP n° 7, de 3-10-2013.
- 14. OBSERVAÇÕES FINAIS A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3º Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.



A Correição Ordinária é encerrada às 11h30min do dia quatro de setembro de 2018, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Sandra Maria Starling Jorge Dutra Corregedor, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, pela MM. Juíza do Trabalho Auxiliar e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sra. Assessora acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto

Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região

Maria Tereza da Costa Machado Leão Juíza do Trabalho Titular

Anaximandra Katia Abreu Oliveira Juíza do Trabalho Auxiliar

Secretário da Vara do Trabalho